

A MIGRAÇÃO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA – OLHAR GEOGRÁFICO E A INTERFACE COM OS PROCESSOS FORMATIVOS NA GRADUAÇÃO.

Mariana Prudenciatto

Discente/Mestrado em Educação – UNESP Rio Claro

mariprudenciatto@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo realizar um levantamento do contexto contemporâneo do fluxo migratório de alunos de graduação e pós-graduação através da iniciativa federal Ciência Sem Fronteiras. Para tanto realizamos o levantamento dos editais do programa, bolsas de estudos concedidas finalizadas e em andamento buscando verificar o impacto do programa na ampliação do fluxo migratório realizado por estudantes universitários. Na análise das temáticas de internacionalização do ensino superior, o programa se concretiza como uma das iniciativas centrais no contexto das universidades brasileiras, apresentando impactos na formação acadêmica em nível de graduação bem como intensificando as trocas culturais entre alunos de graduação de diferentes países e/ou continentes. Neste sentido, o presente trabalho visa ampliar o debate entre as interfaces dos movimentos migratórios em contexto universitário, bem como realizar apontamentos iniciais, a serem aprofundados em trabalhos futuros, a respeito das contribuições da migração e da iniciativa Ciência Sem Fronteiras na qualificação dos processos formativos dos discentes envolvidos.

Palavras Chave: migrações, internacionalização, ensino superior

INTRODUÇÃO

No presente trabalho elucidaremos algumas relações entre as concepções de internacionalização, atualmente implementadas nas universidades brasileiras e que resultam em uma intensificação dos fluxos migratórios em contexto acadêmico e os possíveis impactos deste processo para a qualificação formativa dos sujeitos em questão.

Buscamos com este trabalho fomentar debates que possibilitem responder o questionamento: em que medida o fenômeno geográfico e social da migração em contexto acadêmico irá efetivamente impactar o fazer docente e discente nas universidades brasileiras?

Para tanto, o trabalho se estrutura em três principais tópicos. Iniciaremos com uma contextualização teórica das concepções de internacionalização e as maneiras como o fenômeno impacta a migração dos alunos de graduação e pós graduação no Brasil; em seguida discutiremos a relevância da iniciativa federal Ciência Sem Fronteiras neste contexto, deixando claro que o presente trabalho não se constitui uma análise do programa em questão, entretanto utilizamos o programa Ciência Sem Fronteiras como ponto de análise para o fenômeno da internacionalização em virtude das dimensões em que o programa foi criado e sua maneira de implementação no contexto universitário brasileiro, tópicos que serão explicitados em maior profundidade no decorrer deste trabalho; por fim concluiremos o texto com nossas considerações sobre a temática analisada e potenciais encaminhamentos para o debate da mesma.



1. INTERNACIONALIZAÇÃO: LEITURA CONCEITUAL E ANÁLISE GEOGRÁFICA

O conceito de internacionalização se originou inicialmente na economia visando a definição do fenômeno de abertura dos mercados internos para a intervenção do capital internacional, pós Segunda Guerra Mundial em virtude da dependência das indústrias européias em sua fase de reconstrução.

Constituiu-se em um processo movimentado a partir da criação de concorrências e competições que gerarão a crescente necessidade de cooperação internacional. E consiste, no contexto econômico, um processo de abertura de suas estruturas nacionais para a ação de intervenções internacionais com objetivo de promoção de desenvolvimento econômico e social, de acordo com as ideologias dos governos vigentes.

Destacamos a partir de uma leitura preliminar deste processo, as reflexões de Milton Santos (1998, p.48) ao reafirmar o teor ideológico da escolha ou rejeição de algumas localidades na participação dos processos globalizados.

Neste sentido a internacionalização atuará como outro agente promotor das desigualdades geográficas inerentes ao desenvolvimento capitalista, ao passo que a escolha ou rejeição de determinadas localidades para a participação nestes processo promoverá mecanismos de desenvolvimento econômico e social em diferentes proporções, processo pontuado por Smith como "o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados" (Smith, 1988, p. 221).

Houve, após a década de 90, uma transferência deste conceito para a reprodução das universidades mundiais, resultando uma articulação mundial de professores e estudantes visando, em princípio, o intercâmbio de saberes e estruturas de ensino

O processo de internacionalização do ensino superior é definido por Knight (2005, p. 21) como um processo de integração das dimensões internacionais e interculturais às funções e organizações do ensino superior; Soderqvist (apud Knight, 2005) por sua vez, caracteriza a internacionalização como processo capaz de transformar estabelecimentos nacionais de ensino superior em instituições internacionais, lhes imprimindo um caráter global nos aspectos de gestão, visando melhor contemplar desenvolvimento de competências socialmente valorizadas; Bartell (2003) conceitua a Internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação, e a pontua como parte do avançado processo de globalização, sugerindo ainda formas de realização deste processo, tais como: presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; projetos de pesquisa internacionais cooperativos; associações internacionais de consultoria; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e a orientação de imersão internacional nos currículos oficiais.

A revisão bibliográfica nos permite observar que trata-se de um processo que visa ampliar, a partir de um parâmetro global, as estruturas educacionais em nível superior, permitindo a partir disso a maior intervenção de instituições internacionais nas universidades nacionais, seja através de acordos firmados entre pesquisadores, governos ou pela mobilidade estudantil e docente, entretanto, como pontuado por Lima e Contel (2011), o Estado sempre foi visto como maior articulador dos processos de



internacionalização dos processos educacionais – seja a partir do desenvolvimento de programas específicos para tal finalidade, seja pela abertura e adaptação das estruturas educacionais nacionais a intervenção de organizações transnacionais.

Neste sentido, faz-se necessário compreendermos a internacionalização, não apenas como parte dos processos de globalização, mas como elemento constituinte deste processo. Sendo portanto parte de um processo, com diferenciações em relação ao todo em que se desenvolve, como pontuado por Altbach (2007) “*A globalização pode ser definitiva, mas a internacionalização é feita de muitas escolhas*” (Altbach, Knight 2007 p.291- tradução nossa); sendo a internacionalização um processo ‘de muitas escolhas’ devemos compreendê-la para além de uma concepção dada e definitiva de globalização econômica, e sim dentro do contexto pedagógico, político e social no qual se inserem as universidades públicas brasileiras.

Assim ao nos depararmos com as formas de implementação de programas institucionais de internacionalização não devemos cegar nossos olhos a determinadas belezas e facilidades transfronteiriças, pois numa realidade de estudos comparativos merece nossa atenção o fato de que a proposta de internacionalização não deve ser lida apenas pelo olhar da busca de novas interfaces e inter-relações mas, também, em que medida essas movimentações tem de fato gerado avanços na dimensão humana de se pensar e fazer ciência e tecnologia.

Lima e Contel (2011) ao realizar uma análise das estruturas de internacionalização do ensino superior, pontuam a existência de uma nova geopolítica do conhecimento originada a partir dos processos acima citados. Neste sentido, de acordo com a análise dos autores, o processo de internacionalização das instituições de ensino superior criará estruturas onde serão pontuadas nações ativas e nações passiva – aquelas cujos modelos educacionais são reproduzidos e adaptados a outras realidades, e outras cujos modelos educacionais passam a ser modificados em virtude da influência externa.

Neste sentido, destacam-se os modelos norte americanos e oeste-europeus como modelos de Nações Ativas em detrimento de outros modelos de ensino (Lima e Contel, 2011 p. 98).

Em concordância aos modelos de Lima e Contel, nota-se na ampliação da bibliografia analisada (Altbach, Knight 2007; Altbach, 2011; Berdahl, 2005) o aumento das parcerias internacionais Norte-Sul através não apenas dos programas de mobilidades estudantil, mas também da implementação dos convênios, instalação de *campi* em países diversos consolidação de parcerias internacionais através da venda de modelos pré-moldados de formação. Assim, em um processo de cooptação capitalista das estruturas de ensino, a internacionalização será motivada também por empresas privadas do setor educacional com objetivo de ampliação de seu mercado consumidor, uma vez que passará a ser consolidada não apenas pelo fluxo de pessoas mas também pela instalação de unidades de “parceria virtual”, os chamados pólos de e-learning.

Cunha (1998) aponta que para além da ação e relações políticas dos países, os órgãos de financiamento internacional, expressando a ideologia dominante do mundo globalizado, irão valorizar estudos que se adéquem a esta nova forma internacionalista de se organizar o conhecimento. Entretanto, as relações desenvolvidas neste processo se tornam desiguais ao passo que as trocas não ocorrem em vias de mão dupla, mas a partir da imposição de um local de conhecimento produzido sobre outros. Com explicitado por Borja:



enquanto a globalização é um fenômeno múltiplo que prevê a internacionalização e interdependência das economias nacionais, o globalismo é uma construção ideológica que pretende explicar e justificar a globalização com todos seus abusos, excessos, assimetrias e perversões e estendê-la pelo mundo com uma clara estratégia dos países industriais para conquistar mercados, acrescentar laços de dependência externa e aprofundar a clássica divisão internacional do trabalho, além de exercer dominação ideológica, política, econômica, científica e tecnológica (Borja, 2003. p. 38)

As ações promotoras dos processos de internacionalização podem partir de ações privadas, como o investimento em programas de intercâmbio desenvolvidos por empresas, indústrias e bancos, afim de investir no ensino superior com o objetivo de capacitar possíveis funcionários, ou, partir de ações estatais nas quais os governos estaduais e federais promovem ações públicas de investimento nos processos de internacionalização.

Nas duas situações, cabe destacar que o investimento na internacionalização tem alto teor ideológico, seja para a adequação dos jovens ao mercado de trabalho ou seja para a manutenção das estruturas estatais vigentes, como pontuado por Althusser (1970) ao afirmar que, para manter sua dominação, a classe dominante gerará mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, e políticas.

Quando se constitui a partir da ação governamental o processo de internacionalização pode se efetivar a partir da promoção de acordos internacionais de colaboração acadêmica, elaboração de políticas públicas que promovam bolsas de estudo e pesquisa em níveis de graduação e pós-graduação e incentivo a contratação de profissionais oriundos de outras nacionalidades em instituições públicas e privadas.

No contexto das universidades brasileiras, a atual política pública de maior destaque na promoção da internacionalização das universidades se dá com a criação e ampliação do programa Ciência Sem Fronteiras.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS PARA O CENÁRIO ATUAL

Como afirmamos anteriormente, não é objetivo deste trabalho realizar uma análise aprofundada das normas e diretrizes do programa em questão. O que se objetiva neste trabalho é a compreensão do impacto de tal iniciativa no contexto das migrações estudantis e a reflexão das possíveis transformações na formação dos alunos envolvidos com a vivência de uma graduação internacionalizada.

Para tanto, nossas reflexões sobre os parâmetros do programa serão breves, visando principalmente a contextualização dos dados apresentados que são o real foco de nossa análise.

O programa Ciência Sem Fronteiras é uma iniciativa do governo federal, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). De acordo com a divulgação oficial do programa o mesmo objetiva “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da



competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. ” (Brasil, 2014)

A metodologia utilizada para alcance de tal objetivo se baseia na distribuição de bolsas de graduação, mestrado sanduíche, doutorado sanduíche e doutorado completo em países parceiros através da abertura de editais nos quais são apresentados requisitos que devem ser preenchidos pelos alunos que se candidatam, dentre eles: porcentagem completa de seu curso de graduação ou pós, proficiência comprovada no idioma nativo do país para o qual se candidata, entre outros.

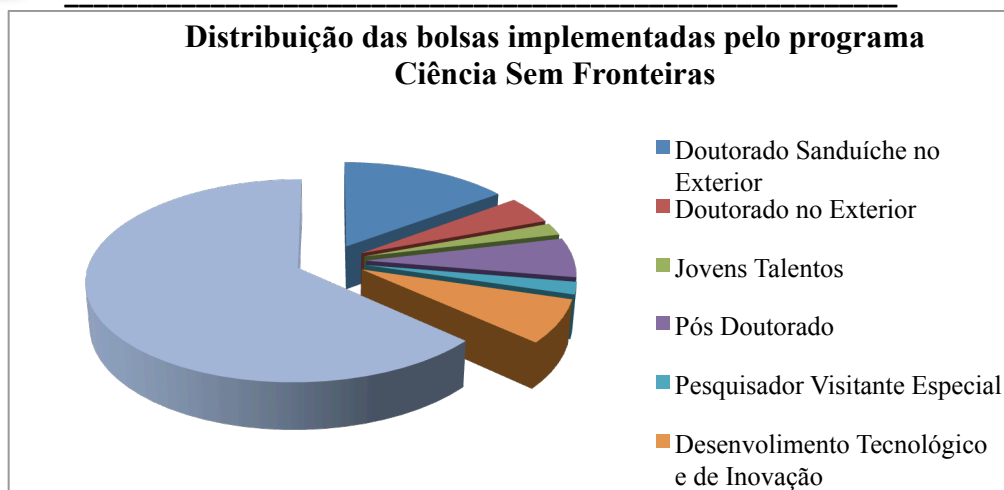
Na análise dos dados até fevereiro de 2016, foram implementadas 92.890 bolsas de uma meta de 101.000, na implementação destas bolsas são computados gastos com passagens aéreas, seguro de vida aos estudantes, moradia, bolsa de estudos e as chamadas *student fees*¹ que resultam em uma despesa de aproximadamente 90 mil reais por aluno em um período de um ano de intercâmbio (Brasil, Ministério da Educação, 2016).

O programa atende prioritariamente as áreas de Engenharias e Desenvolvimento tecnológico; tendo eliminado no ano de 2014 os editais de bolsas de mestrado e realocado a verba para a modalidade “Desenvolvimento Tecnológico e Inovação”, nas definições do programa encontram-se elementos básicos do que será definido por Slaughter e Leslie como “capitalismo acadêmico”.

Políticas de educação terciária em todos os países aproximaram-se de ciências e tecnologias que enfatizassem o capitalismo acadêmico, às custas da pesquisa básica ou fundamental, em direção a políticas curriculares que concentravam recursos na ciência e tecnologia e em campos próximos ao mercado [...], objetivando um custo governamental menor por estudante e políticas educacionais que reduzissem a autonomia das instituições acadêmicas e do corpo docente. (SLAUGHTER; LESLIE, 1997, p. 55 apud MORROW; TORRES, 2004, p. 37-38)

As bolsas implementadas no programa até janeiro de 2016 obedecem a seguinte distribuição:

¹ Despesas de matrícula e manutenção do aluno nas universidades conveniadas em outros países, uma vez que o aluno brasileiro não frequenta em outras localidades universidades de caráter público.



Fonte: (Brasil, MEC. 2016. Gráfico elaborado pela autora)

A análise do gráfico mostra que o foco do programa foi a formação inicial, tendo em vista a distribuição de aproximadamente 75.000 bolsas de estudos no exterior para alunos de graduação. Neste sentido, nossa análise dos reflexos da internacionalização no processo formativo já encontra um aspecto de destaque. A graduação é o período formativo em que, no modelo de formação brasileiro, o aluno terá maior contato com o professor.

Na implementação dessas políticas, o aluno é inserido em modelos de formação universitária cuja figura do professor não tem a mesma centralidade do modelo brasileiro (Azevedo, 2014 p. 15). O deslocamento dessa centralidade embora tenha aspectos positivos na autonomia do aluno, é também bastante negativo para a constituição de uma formação contínua no fazer acadêmico do aluno se não for bem situado na adaptação do sujeito aos diferentes contextos de universidade. A perversidade do processo de internacionalização se dá ao deslocar o aluno de um projeto de formação estabelecido por sua universidade de origem, sem que haja por parte das duas universidades conveniadas – a universidade brasileira de origem; e a universidade estrangeira que receberá o aluno – uma diálogo que possibilite a correlação destes projetos de formação visando efetivamente agregar elementos internacionais a um projeto formativo pré-estabelecido.

Um outro elemento de análise para compreendermos efetivamente as contribuições programa Ciência Sem Fronteiras ao processo de internacionalização das

universidades brasileiras e os impactos deste processo na formação dos alunos é a distribuição das bolsas de graduação entre os países envolvidos no programa.

A tabela abaixo, nos permite observar a distribuição das bolsas de estudos das diversas modalidades por continentes durante o período analisado.



Tabela 1. Distribuição de Bolsas de Intercâmbio Ciência Sem Fronteiras por Continentes	
América do Norte	30.150
América Central	2
América do Sul	23
Europa	45.427
Ásia	1.361
África	47
Oceania	7.381

Fonte: Dados extraídos das documentações do Programa Ciência Sem Fronteira. Elaboração da tabela pelos autores deste trabalho

A análise dos dados apresentados na tabela, em uma perspectiva que vise compreender a maneira como tal iniciativa impacta a migração estudantil no contexto de internacionalização, e também possibilite alterações nas dinâmicas do espaço geográfico globalizado percorrem alguns pontos de análise.

No aspecto do impacto para as migrações estudantis, o impacto do programa pode ser verificado e comprovado pelo contingente de alunos contemplados pela iniciativa; o programa contribuiu efetivamente para a promoção e ampliação de fluxos migratórios diversos em virtude de atividades acadêmicas.

Ainda observando os impactos desta política na migração estudantil, devemos observar a intensa diferenciação nos continentes de destino; tratando-se de uma política que irá reafirmar dependências históricas em detrimento da possibilidade de ampliação das alianças de fortalecimento dos vínculos latinoamericanos; neste sentido devemos ressaltar que o programa Ciência Sem Fronteiras vai em sentido oposto ao projeto de educação esboçado nas três últimas gestões presidenciais cujo foco era o fortalecimento do diálogo com países vizinhos, fato que se observa por exemplo na criação da UNILA (Universidade Federal de Integração Latino Americana).

No sentido de possíveis modificações nas dinâmicas geográficas em função do fluxo migratório possibilitado pelo programa, nossa análise aponta para a reafirmação, e posterior transferência para o contexto acadêmico, da leitura de Espaço que Milton Santos faz ao propor a existência dos espaços opacos e espaços luminosos (2001. P.86) no contexto econômico.

Ao privilegiar a troca de experiências com países da América do Norte e Europa o programa reafirma tais localidades como pontos luminosos no contexto globalizado, cujas estruturas técnicas e científicas são tidas como consolidadas e efetivamente mais desenvolvidas do que o observado em contexto brasileiro; entretanto, do ponto de vista da formação inicial dos estudantes envolvidos no programa há de se questionar se a distância cultural e o lapso entre os projetos de universidade destas localidades e o projeto nacional brasileiro são complementares ou díspares.

A decisão de privilegiar algumas localidades em detrimento de outras nos convênios firmados, impacta as dinâmicas de espaço geográfico ao levar para outras localidades um novo fluxo de pessoas, consumo, viagem e bagagem cultural; tal decisão é também política e ideológica ao ignorar neste sentido os convênios já firmados na consolidação dos espaços econômicos latino-americanos e as processos de similaridade e dependência histórica que possuímos em nível global.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho resulta da etapa inicial de uma pesquisa em andamento; logo embora a consolidação de nossos dados esteja concluída os resultados da pesquisa ainda se desdobram em análises diversas.

Conclui-se que o programa Ciência Sem Fronteiras já apresenta grande relevância no cenário nacional no ponto de vista das políticas de internacionalização; entretanto seus mecanismos de avaliação dos bolsistas, criação de convênios e normatização dos editais ainda necessitam de intensas revisões afim de definir quais são realmente os objetivos do programa, e se tal programa de fato cumpre sua proposta e justifica o orçamento que lhe cabe.

Conclui-se que os processos de internacionalização universitária, bem como o discurso deste novo aparato de trabalho para as universidades públicas e privadas é cada vez mais forte no cenário brasileiro; nossos apontamento avaliam como positivo o processo de agregar novos elementos à formação universitária dos alunos de graduação; entretanto, a internacionalização que existe pelo simples motivo de existir em pouco contribui para uma formação coerente e que vise um profissional autônomo e crítico de suas ações. Para que de fato seja parte de um processo de formação, a internacionalização deve ser concebida e desenvolvida no núcleo dos projetos pedagógicos das instituições envolvidas, e seus desdobramentos devem ser acompanhados e avaliados por todas as instituições que façam parte dos convênios firmados.

Reforçamos, com base na observação de que o discurso de internacionalização se faz cada vez mais presente nos contextos universitários, a necessidade de que o debate aqui iniciado se aprofunde e se desdobre em análises complementares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTBACH, P.G; BERDAHL, R.O.; GUMPORT, P.J.; American Higher Education in the twenty – first century: Social, Political and Economica Challenges. 2ªed. The John Hopkins University Press, Baltimore. 2005

ALTBACH, P. G. (2002). Knowledge and Education as International Commodities : The Collapse of the Common Good. *International Higher Education*, 2–5.

ALTBACH, P. G., & KNIGHT, J. (2007). The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3-4), 290–305. <http://doi.org/10.1177/1028315307303542>

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970

AZEVEDO, M.A.R. *Os saberes de Orientação dos Professores Formadores: Desafios para Ações Tutoriais Emancipatórias*. 2009. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.



BARTELL, M. *Internationalization of universities: A university culture-based framework*. Higher Education, Manitoba, Winnipeg, 2003, p.37-52

BORJA, R. 2003. *Educación, globalización y sociedad del conocimiento*. In: J. BROVETTO; M. MIX e W. PANIZZI, *A educação superior frente a Davos*. Porto Alegre, UFRGS, p. 37-4

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divulgação da proposta de programa e dados do Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>> Acessado em: 01/05/2016

CUNHA, M. I. *O professor universitário na transição dos paradigmas*. Araraquara, SP: JM Ed., 1998

KNIGHT, J. *Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales*. Journal of Studies in International Education. Sage Publications, v.8, n.1. Spring 2005 p. 5-32

LIMA, M.C.; CONTEL, F.B. *Internacionalização das Instituições de Ensino Superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011

MORROW, R. A.; TORRES, C.A. *Estado, globalização e políticas educacionais*. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A.

(Orgs.). *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p

SLAUGHTER, S. LESLIE, L. *Academic Capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.